

PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO LUCRO DO EXERCÍCIO **(Artigo 9º da Instrução CVM nº 481/2009)**

1 Informar o Lucro Líquido do Exercício

O Lucro Líquido da Companhia foi de R\$ 32.104 em 31 de dezembro de 2010. Considerando que a Companhia possui prejuízos acumulados este valor é integralmente destinado a absorção deste. O saldo de prejuízos acumulados é de R\$ 99.661.

2 Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados.

Não se aplica

3 Informar o percentual do lucro líquido do exercício distribuído

Não se aplica

4 Informar o montante de global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores

Não se aplica

5 Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:

a) O valor bruto de dividendo e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe

Não se aplica

b) A forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio

Não se aplica

c) Eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio

Não se aplica

d) Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento

Não se aplica

6 Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores

a) Informar o montante dos dividendos ou juros sobre capital próprio já declarados

Não se aplica

Portobello

Atendimento às exigências contidas nas Instruções CVM 480 e 481/2009
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

b) Informar a data dos respectivos pagamentos

Não se aplica

7 Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:

a) Lucro líquido do exercício e dos 3 (três) exercícios anteriores

i) Lucro (prejuízo) do exercício por ação – R\$

2010	2009	2008
0,20	0,12	(0,05)

ii) Lucro (prejuízo) do exercício por lote de mil ações – R\$

2010	2009	2008
201,91	117,99	(54,87)

b) Dividendo e juro sobre capital próprio distribuído nos 3 (três) exercícios anteriores

Não se aplica

8 Havendo destinação de lucros à reserva legal

a) Identificar o montante destinado à reserva legal

Não se aplica

b) Detalhar a forma de cálculo da reserva legal

Não se aplica

9 Caso a companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos

a) Descrever a forma de cálculos dos dividendos fixos ou mínimos

Não se aplica

b) Informar se o lucro do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos

Não se aplica

c) Identificar se eventual parcela não paga é cumulativa

Não se aplica

d) Identificar o valor global dos dividendos fixos ou mínimos a serem pagos a cada classe de ações preferenciais

Não se aplica

e) Identificar os dividendos fixos ou mínimos a serem pagos por ação preferencial de cada classe

Não se aplica

10 Em relação ao dividendo obrigatório

a) Descrever a forma de cálculo prevista no estatuto

Do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados, se houver, e a provisão para o imposto de renda e contribuição social sobre o lucro. Os lucros líquidos apurados serão destinados sucessivamente e nesta ordem, da seguinte forma:

- i) 5% serão aplicados antes de qualquer destinação, na constituição da reserva legal que não excederá 20% do capital social.
- ii) Uma parcela, por proposta dos órgãos da administração, poderá ser destinada à formação de Reservas para Contingências na forma prevista no artigo 195 da Lei das Sociedades por Ações.
- iii) Uma parcela, por proposta dos órgãos da administração, poderá ser retida com base em orçamento de capital previamente aprovado, nos termos do artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações.
- iv) A parcela correspondente a no mínimo 25% do lucro líquido, calculado sobre o saldo obtido com as deduções e acréscimos previstos no artigo 202, II e III da Lei das Sociedades por Ações, será distribuída aos acionistas como dividendos obrigatórios.

b) Informar se ele está sendo pago integralmente

Não se aplica

c) Informar o montante eventualmente retido

Não se aplica

11 Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da companhia

a) Informar o montante da retenção

Não se aplica

b) Descrever, pormenorizadamente, a situação financeira da companhia, abordando, inclusive, aspectos relacionados à análise de liquidez, ao capital de giro e fluxos de caixa positivos

Não se aplica

c) Justificar a retenção dos dividendos

Não se aplica

12 Havendo destinação de resultado para reserva de contingências

a) Identificar o montante destinado à reserva

Não se aplica

Portobello

Atendimento às exigências contidas nas Instruções CVM 480 e 481/2009
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

b) Identificar a perda considerada provável e sua causa

Não se aplica

c) Explicar porque a perda foi considerada provável

Não se aplica

d) Justificar a constituição da reserva

Não se aplica

13 Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar

a) Informar o montante destinado à reserva de lucros a realizar

Não se aplica

b) Informar a natureza dos lucros não-realizados que deram origem à reserva

Não se aplica

14 Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias

a) Descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva

Não se aplica

b) Identificar o montante destinado à reserva

Não se aplica

c) Descrever como o montante foi calculado

Não se aplica

15 Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital

a) Identificar o montante da retenção

Não se aplica

b) Fornecer cópia do orçamento de capital

Não se aplica

16 Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais

a) Informar o montante destinado à reserva

Não se aplica

Portobello

Atendimento às exigências contidas nas Instruções CVM 480 e 481/2009
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

b) Explicar a natureza da destinação

Não se aplica

COMENTÁRIOS DOS DIRETORES

Item 10 do Formulário de Referência (Instrução CVM 480/2009)

10.1 Os diretores devem comentar sobre:

a) Condições financeiras e patrimoniais gerais

Ao longo dos últimos três exercícios sociais as condições financeiras e patrimoniais da Companhia apresentaram melhoria expressiva, apesar do período ter sido iniciado com forte crise econômica e de crédito nos mercados internacional e doméstico. No último período esta melhoria foi acentuada pelo crescimento da geração de caixa e pela re-estruturação das linhas de financiamento para capital de giro. A receita operacional líquida consolidada apresentou crescimento vigoroso de 35%, com ganho de mercado em relação aos concorrentes. O mercado interno passou a representar cerca de 92% da receita consolidada, com tendência de aumentar ainda mais sua importância para a Companhia. A produção cresceu de forma consistente, com aumento de 18% no último exercício, reflexo dos investimentos em capacidade instalada realizados nos últimos três anos. O programa de racionalização que vem sendo implementado nos últimos anos vem apresentando bons resultados, com ganhos de produtividade. As despesas financeiras líquidas, por sua vez, apresentaram em 2009 queda significativa devido ao efeito positivo da variação cambial sobre dívidas em moeda estrangeira e reduções de encargos sobre as dívidas fiscais parceladas. Como o programa de investimentos e o aumento da necessidade de capital de giro foram financiados com aumento de dívida em 2010, houve aumento nas despesas financeiras líquidas. Entretanto, se ajustarmos os valores das despesas financeiras líquidas retirando o efeito cambial e do parcelamento de impostos, a houve queda de 15%. O endividamento bancário, por sua vez, apresentou tendência de crescimento moderado, muito inferior aos investimentos realizados no período, com perfil de prazo de amortização e de taxas de juros mais adequados às necessidades da Companhia. O lucro líquido de cerca de R\$ 32 milhões no último exercício confirmou a recuperação da rentabilidade da Companhia, com crescimento de 69%. O patrimônio líquido, por sua vez, aumentou 126%, ultrapassando R\$60 milhões.

b) Estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando:

A estrutura de capital da Companhia, que integra o Novo Mercado desde 2008, é constituída de cerca de 159 milhões de ações ordinárias escriturais.

i) Hipóteses de resgate

Não existe provisão para resgate de ações ou quotas de capital.

ii) Fórmula de cálculo do valor de resgate

Não se aplica

c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

A capacidade de pagamento é satisfatória tendo em vista o EBITDA crescente que atingiu cerca de R\$ 86 milhões no último exercício, frente aos compromissos financeiros contratados. Parte substancial dos compromissos decorre de parcelamento de impostos em prazo de até 180 meses, e linhas de financiamento de longo prazo para investimentos em ativo fixo.

Portobello

Atendimento às exigências contidas nas Instruções CVM 480 e 481/2009
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Endividamento bancário líquido	2008	2009	2010
Circulante	98.785	92.871	97.584
Não circulante	36.327	28.859	45.242
(=) Total do endividamento bancário	135.112	121.730	142.826
Disponibilidades e títulos e valores mobiliários	15.807	12.897	13.922
(=) Total do endividamento bancário líquido	119.305	108.833	128.904

Alavancagem financeira	2008	2009	2010
Endividamento bancário líquido	119.305	108.833	128.904
Endividamento tributário	152.332	153.632	153.209
EBITDA	61.752	58.798	86.151
(=) Dívida bancária líquida / EBITDA	1,9	1,9	1,5
(=) Dívida bancária líquida e tributária líquida / EBITDA	4,4	4,5	3,3

d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

As fontes de financiamento para capital de giro provêm de diversas instituições financeiras brasileiras onde encontra-se a cobrança das vendas da Companhia, e os financiamentos para investimentos provêm em sua quase totalidade dos fornecedores dos equipamentos adquiridos.

e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A Companhia passou a ser beneficiada a partir de outubro de 2009 pelo programa de incentivo fiscal denominado PRODEC, que difere por 48 meses o recolhimento de 60% do ICMS gerado mensalmente que exceder R\$ 761 mil. Este benefício já acumulava cerca de R\$ 5 milhões no final do exercício, e deverá crescer inicialmente cerca de R\$ 500 mil por mês para um valor acumulado de que poderá atingir até R\$ 35 milhões durante os 10 anos de prazo de vigência do programa. Os investimentos em ativos não circulantes serão financiados, preferencialmente, pelos fornecedores italianos de equipamentos, como tem sido o caso nos últimos anos, em condições mais favoráveis do que usualmente ofertadas pelos bancos comerciais.

Em março de 2010 a Companhia desembolsou R\$ 13 milhões de uma linha de crédito de R\$ 30 milhões contratada com a FINEP, amparada pelo programa "Inova Brasil" para apoio ao desenvolvimento e a inovação. O saldo restante deverá ser desembolsado em 2011 e 2012, conforme cronograma do projeto. Este financiamento oferece 20 meses de carência e 80 meses para amortização, com taxa de juros de 5% a.a., com necessidade de carta de fiança que custou 4% a.a em 2010 mas deverá ter este custo reduzido para 2,5% a.a. em 2011.

f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

O endividamento líquido da Companhia ao final do exercício de 2010 pode ser decomposto em três categorias: parcelamento de impostos federais, no montante de R\$ 59 milhões (líquido de contas a receber de empresa de quem a Companhia comprou créditos fiscais posteriormente parcelados); financiamentos dos fornecedores de equipamentos no montante de R\$ 20 milhões, e financiamentos para capital de giro no montante de R\$ 70 milhões.

i) Contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Portobello

Atendimento às exigências contidas nas Instruções CVM 480 e 481/2009

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Vencimentos	Encargos 2010	Consolidado		
			31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de janeiro de 2009
Circulante					
Moeda estrangeira					
"Suppliers credit"		VC+6,26% a.a. (Tx Média)	6.655	5.963	2.646
Adiantamento de contrato de câmbio		VC+7,00% a.a. (Tx Média)	1.791	1.779	3.834
Pré-pagamento (a)		VC+6,46% a.a. (Tx Média)	4.627	7.590	34.695
IFC - International Finance Corporation		-	-	-	3.798
Capital de giro nos EUA		-	-	17	1.591
Total moeda estrangeira		VC + 6,43% a.a.	13.073	15.349	46.564
Moeda nacional					
Exim Pré-embarque TJ 462 (b)		13,21% a.a.	1.523	-	-
Exim Pré-embarque PSI (c)		7,00% a.a.	24.671	-	-
FINEP (e)		9,00% a.a.	29	-	-
Arrendamento financeiro		23,52% a.a.	136	205	109
Capital de giro no Brasil		16,82% a.a. (Tx Média)	58.152	74.874	46.471
Duplicatas descontadas e adiantamentos sobre cambiais de exportação		-	-	2.443	5.641
Total moeda nacional		13,90% a.a.	84.511	77.522	52.221
Total do circulante			97.584	92.871	98.785
Não circulante					
Moeda estrangeira					
"Suppliers credit"	Mar/2014	VC+5,76% a.a.(Tx Média)	12.935	15.835	20.503
Pré-pagamento (a)	Mar/2012	VC+6,39% a.a.(Tx Média)	1.690	-	10.224
Total moeda estrangeira		VC + 5,83% a.a.	14.625	15.835	30.727
Moeda nacional					
Exim Pré-embarque TJ 462 (b)	Mar/2013	13,21% a.a.	2.500	-	-
PRODEC (d)	Jun/2014	4,00% a.a. + UFIR	4.725	1.202	-
FINEP (e)	Set/2018	9,00% a.a.	13.248	-	-
Arrendamento financeiro	Abr/2012	24,96 % a.a.	38	144	95
Capital de giro no Brasil	Dez/2012	14,71% a.a. (Tx Média)	10.106	11.678	5.505
Total moeda nacional		9,91% a.a.	30.617	13.024	5.600
Total do não circulante			45.242	28.859	36.327
Total			142.826	121.730	135.112

Exim Pré-embarque - Modalidade de financiamento, com recursos oriundos do BNDES, que figura como um adiantamento para destinados à exportação.

FINEP - Financiadora de Estudos e Projetos

PRODEC - Programa de Desenvolvimento da Empresa Catarinense

VC - Variação Cambial

TJLP - Taxa de Juros de Longo Prazo

LIBOR - London Interbank Offered Rate

UFIR - Unidade Fiscal de Referência

(a) Pré-pagamento - Em março e agosto de 2010, a Companhia celebrou contratos de pré-pagamento nos valores de US\$ 2,780 e US\$ 2,000 milhões respectivamente. O primeiro contrato tem prazo de 2 anos e como garantia foram dados recebíveis da Portobello Shop S.A. e o segundo contrato tem prazo de 18 meses e como garantia foram dados recebíveis da Portobello S.A. Ambos os contratos não possuem cláusulas restritivas.

(b) Exim Pré-embarque TJ 462 - Em abril de 2010, a Companhia celebrou contrato de "BNDES – exim Pré-embarque TJ-462" no valor de R\$ 4.000 com juros de TJLP acrescida de 6,80% a.a. O prazo é de 3 anos, dividido em um ano de carência e 24 parcelas mensais e sucessivas. Para este contrato não existem cláusulas restritivas e como garantia foram dados recebíveis da Portobello S.A no valor de 50% do saldo devedor do contrato.

(c) Exim Pré-embarque PSI - Em agosto de 2010, a Companhia celebrou contratos de "BNDES – exim Pré-embarque PSI" no valor total de R\$ 16.597, com juros de 7% a.a. que serão amortizados da seguinte forma: R\$ 5.597

Portobello

Atendimento às exigências contidas nas Instruções CVM 480 e 481/2009
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

com vencimento em 15 de dezembro de 2011, R\$ 4.000 com carência de 6 meses e 12 prestações mensais e sucessivas e R\$ 7.000 com carência de 12 meses e 6 prestações mensais e sucessivas. Para estes contratos foram dados em garantia os recebíveis da Portobello S.A. Em setembro de 2010 houve a liberação de R\$ 8.000, com juros de 7% a.a. e prazo total de 18 meses, sendo 6 meses de carência e 12 parcelas mensais e sucessivas. Foram dados em garantia recebíveis da Companhia no valor de 50% do saldo devedor.

(d) Programa de Desenvolvimento da Empresa Catarinense (PRODEC) - Em julho de 2009 a Companhia obteve Regime Especial do Estado de Santa Catarina. O saldo está sujeito ao ajuste ao valor presente – AVP. A taxa utilizada para fins de cálculo de ajuste a valor presente é a SELIC (em 31 de dezembro de 2010 foi de 10,67% ao ano).

- O valor diferido é 60% do saldo do imposto gerado no mês que exceder R\$ 761 (média do imposto pago no ano de 2007 e 2008);
- Carência de 48 meses;
- Prazo de 120 meses;
- Atualização monetária de 4% ao ano e variação da UFIR.

(e) Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) – Em maio de 2010 a Companhia celebrou um contrato com a FINEP no valor de até R\$ 30.103, com juros de 5% a.a. e prazo de 80 meses, sendo 20 meses de carência. O desembolso previsto será de quatro parcelas, sendo que a primeira parcela no montante de R\$ 13.248, foi totalmente liberada em 02 de setembro de 2010 e as demais parcelas, no valor de R\$ 5.572 (segunda), R\$ 7.496 (terceira), R\$ 3.787 (quarta) possuem prazo entre as liberações de 180 dias. Para este contrato foi necessária a apresentação de uma carta de fiança bancária ao custo de 4% a.a.

As operações de empréstimos e financiamentos com saldos em 31 de dezembro de 2010, não apresentam cláusulas restritivas.

Em garantia dos demais empréstimos foram concedidos, principalmente, hipotecas de imóveis, equipamentos, recebíveis da Controladora (nota explicativa 9) e de controlada (nota explicativa 43), reciprocidade com aplicações financeiras (nota explicativa 10), aval dos controladores e de controlada e adicionalmente foram dados em garantia, estoques de produtos acabados no montante de R\$ 2.706.

ii) Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Conforme comentado no item 10.1. a Companhia tem um contrato de incentivo fiscal com o programa PRODEC que resulta em financiamento de longo prazo para parte do ICMS mensal devido no período de outubro de 2009 a setembro de 2019.

iii) Grau de subordinação entre as dívidas

As dívidas mencionadas acima têm o mesmo grau de subordinação

iv) Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário

Atualmente não existem restrições contratuais.

g) Limites de utilização dos financiamentos já contratados

De um modo geral as operações de financiamentos de capital de giro são utilizadas próximo aos limites contratados. Em 31 de dezembro de 2010, a Companhia contava com linhas de créditos disponíveis e não utilizadas no montante de R\$ 24.000, além de mais de R\$ 12 milhões em caixa.

Portobello

Atendimento às exigências contidas nas Instruções CVM 480 e 481/2009

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

h) Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

Análise das Principais contas patrimoniais em 31 de dezembro de 2010, 31 de dezembro de 2009 e 1º de janeiro de 2009.

(demonstrações financeiras representadas em R\$ mil)

Balço Patrimonial	Consolidado			% do Total			% da Variação		
	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de dezembro de 2009	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de dezembro de 2009	31/12/10 X 1º/01/09	31/12/10 X 31/12/09	31/12/09 X 1º/01/09
Ativo									
Circulante									
Caixa e equivalentes de caixa	12.802	8.618	9.017	2%	2%	2%	42%	49%	-4%
Contas a receber de clientes	101.491	70.989	79.865	18%	15%	17%	27%	43%	-11%
Títulos e valores mobiliários	1.120	4.279	6.790	0%	1%	1%	-84%	-74%	-37%
Estoques	93.745	71.037	64.300	17%	15%	13%	46%	32%	10%
Adiantamentos a fornecedores	747	2.121	2.365	0%	0%	0%	-68%	-65%	-10%
Tributos a recuperar	1.939	3.874	938	0%	1%	0%	107%	-50%	313%
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	215	420	228	0%	0%	0%	-6%	-49%	84%
Despesas antecipadas	193	230	214	0%	0%	0%	-10%	-16%	7%
Outros	2.275	1.662	1.534	0%	0%	0%	48%	37%	8%
	214.527	163.230	165.251	38%	34%	35%	30%	31%	-1%
Não circulante									
Realizável a longo prazo									
Contas a receber de clientes	357	673	-	0%	0%	0%	-	-47%	-
Créditos com outras pessoas ligadas	94.667	86.763	95.229	17%	18%	20%	-1%	9%	-9%
Depósitos judiciais	8.043	2.217	1.791	1%	0%	0%	349%	263%	24%
Recebíveis da Eletrobrás	26.131	13.858	11.888	5%	3%	2%	120%	89%	17%
Tributos a recuperar	1.455	500	461	0%	0%	0%	216%	191%	8%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	29.309	17.575	22.839	5%	4%	5%	28%	67%	-23%
Ativo tributário	10.590	9.665	-	2%	2%	0%	-	10%	-
Ativo atuarial	1.764	-	-	0%	0%	0%	-	-	-
Outros	583	732	1.627	0%	0%	0%	-64%	-20%	-55%
	172.899	131.983	133.835	30%	28%	28%	29%	31%	-1%
Permanente									
Investimentos									
Outros investimentos	226	223	221	0%	0%	0%	2%	1%	1%
Imobilizado									
Intangível	178.226	177.172	175.403	31%	37%	37%	2%	1%	1%
	1.544	2.665	3.141	0%	1%	1%	-51%	-42%	-15%
	179.996	180.060	178.765	32%	38%	37%	1%	0%	1%
	352.895	312.043	312.600	62%	66%	65%	13%	13%	0%
Total do ativo	567.422	475.273	477.851	100%	100%	100%	19%	19%	-1%

Caixa e Equivalentes de Caixa

O crescimento desta rubrica decorre da política adotada para liquidez do caixa da Companhia. Estes ativos encontram-se quase totalmente em aplicações financeiras de curto prazo.

Contas a receber de clientes

A redução de 11% de 2008 para 2009 é resultado de medidas para fazer frente à crise internacional de crédito, quando a Companhia buscou a otimização dos recursos alocados ao financiamento de clientes. Em 2010 houve um aumento de 43% quando a Companhia como forma de fazer frente à crise internacional de crédito buscou otimização dos recursos alocados ao financiamento de clientes e aumento da capacidade de produção própria e das compras de produtos produzidos por terceiros suprimindo a demanda.

Títulos e valores mobiliários

Os saldos em 2008, 2009 e 2010 referem-se a contratos de empréstimos financeiros que exigiam depósitos antecipados das parcelas a vencer e a diminuição decorre de que a Companhia não possui mais este tipo de operação.

Estoques

Em 2008 e 2009 buscou-se a otimização de estoques como prioridade para reduzir a necessidade de financiamento. Um dos fatores foi a redução e posterior descontinuação de negócios na subsidiária nos EUA, onde havia estoque de produtos para entrega imediata. Em 2010 os estoques aumentaram em função da prioridade dada ao crescimento da produção para obter ganhos de custo por aumento de escala.

Portobello

Atendimento às exigências contidas nas Instruções CVM 480 e 481/2009
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Créditos com Empresas Ligadas

A redução ocorrida entre 2008 e 2009 está relacionada à opção pelo programa de parcelamento fiscal já mencionado anteriormente e a variação de 2009 para 2010 refere-se apenas a atualização dos valores conforme contrato.

Depósitos Judiciais

O aumento de 2009 para 2010 está relacionado ao bloqueio de numerários referente processo de natureza trabalhista.

Recebíveis da Eletrobrás e Ativos Tributários

A Companhia reconheceu ganhos judiciais de causas que tiveram trânsito em julgado a seu favor a variação decorre de atualizações. O aumento na rubrica Recebíveis da Eletrobrás em 2010 ocorreu devido a novo cálculo submetido pela contadoria da Justiça Federal, apurando uma diferença de R\$ 9.136, entre os valores apurados anteriormente.

Ativo Atuarial

Decorre do reconhecimento de um superávit apresentado em 31 de dezembro de 2010 conforme avaliação atuarial sobre plano de previdência privada que possui também componentes de benefício definido.

Tributos a Recuperar

O aumento ocorrido em 2010 refere-se ao reconhecimento de crédito de ICMS sobre bens do ativo imobilizado adquiridos no período de janeiro de 2006 a dezembro de 2010.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

O aumento de 2009 para 2010 refere-se ao reconhecimento do imposto de renda e contribuição social diferidos sobre projeções baseadas no crescimento significativo dos resultados e que foram aprovadas pelo Conselho de Administração.

Ativo Permanente

As variações decorrem dos investimentos em aplicação e modernização da produção menos a depreciação equivalente do ano.

Portobello

Atendimento às exigências contidas nas Instruções CVM 480 e 481/2009

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Balço Patrimonial	Consolidado			% do Total			% da Variação		
	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de dezembro de 2009	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	1º de dezembro de 2009	31/12/10 X 1º/01/09	31/12/10 X 31/12/09	31/12/09 X 1º/01/09
Passivo									
Circulante									
Fornecedores	87.689	68.033	72.178	16%	15%	14%	21%	29%	-6%
Empréstimos e financiamentos	97.584	92.871	98.785	18%	20%	20%	-1%	5%	-6%
Parcelamento de obrigações tributárias	16.552	22.179	9.761	3%	5%	2%	70%	-25%	127%
Impostos, taxas e contribuições	2.682	1.925	10.005	1%	0%	2%	-73%	39%	-81%
Imposto de renda e contribuição social a recolher	1.049	30	-	0%	0%	0%	-	3397%	-
Dividendos a pagar	11	6	8	0%	0%	0%	38%	83%	-25%
Provisões para contingências	6.345	5.557	-	1%	1%	0%	-	14%	-
Dívida com pessoas ligadas	-	-	2.120	0%	0%	0%	-100%	-	-100%
Adiantamentos de clientes	14.659	20.254	19.957	3%	4%	4%	-27%	-28%	1%
Obrigações sociais e trabalhistas	15.334	11.603	9.169	3%	3%	2%	67%	32%	27%
Provisão para perdas em investimentos	-	-	-	0%	0%	0%	-	-	-
Outros	9.370	4.410	13.941	2%	1%	3%	-33%	112%	-68%
	<u>251.275</u>	<u>226.868</u>	<u>235.924</u>	<u>47%</u>	<u>50%</u>	<u>47%</u>	<u>7%</u>	<u>11%</u>	<u>-4%</u>
Não circulante									
Empréstimos e financiamentos	45.242	28.859	36.327	8%	6%	7%	25%	57%	-21%
Provisões para contingências	25.499	16.999	13.436	5%	4%	3%	90%	50%	27%
Dívida com pessoas ligadas	-	-	149	0%	0%	0%	-100%	-	-100%
Plano de previdência privada	3.469	3.420	6.359	1%	1%	1%	-45%	1%	-46%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	44.303	39.973	40.583	8%	9%	8%	9%	11%	-2%
Parcelamento de obrigações tributárias	136.657	131.453	30.217	25%	29%	6%	352%	4%	335%
Tributos a pagar	-	-	112.354	0%	0%	22%	-100%	-	-100%
Provisão para perdas em investimentos	-	-	-	0%	0%	0%	-	-	-
Outros	141	752	2.918	0%	0%	1%	-95%	-81%	-74%
	<u>255.311</u>	<u>221.456</u>	<u>242.343</u>	<u>48%</u>	<u>49%</u>	<u>48%</u>	<u>5%</u>	<u>15%</u>	<u>-9%</u>
Participação de minoritários	8	(5)	62	0%	0%	0%	-87%	-260%	-108%
Patrimônio líquido									
Capital social realizado	112.957	112.957	112.957	21%	25%	23%	0%	0%	0%
Reserva de capital	267	267	267	0%	0%	0%	0%	0%	0%
Reserva de reavaliação	51.246	52.989	54.584	10%	12%	11%	-6%	-3%	-3%
Ajuste de avaliação patrimonial	(1.154)	(9.352)	-	0%	-2%	0%	-	-88%	-
Prejuízos acumulados	(133.712)	(152.025)	(144.268)	-25%	-34%	-29%	-7%	-12%	5%
	<u>29.604</u>	<u>4.836</u>	<u>23.540</u>	<u>6%</u>	<u>1%</u>	<u>5%</u>	<u>26%</u>	<u>512%</u>	<u>-79%</u>
Total do passivo e patrimônio líquido	<u>536.190</u>	<u>453.160</u>	<u>501.807</u>	<u>100%</u>	<u>100%</u>	<u>100%</u>	<u>7%</u>	<u>18%</u>	<u>-10%</u>

Fornecedores

Com a crise de crédito iniciada em final de 2008 a Companhia buscou maior volume de financiamento de capital de giro com fornecedores. Em 2010 o aumento reflete as maiores compras para fazer frente ao crescimento nos volumes de vendas da Companhia.

Obrigações sociais e trabalhistas

O aumento em 2010 refere-se ao reconhecimento da participação dos funcionários nos resultados da Companhia (PPR), que será pago no segundo trimestre de 2011.

Empréstimos e Financiamentos

O aumento entre 2008 e 2010 é função das imobilizações para ampliação e modernização das fábricas e alongamento do perfil de endividamento.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

O aumento em 2010 e 2008 desta rubrica decorre de diferenças temporárias de impostos.

Parcelamento de Obrigações Tributárias

Em 2009 a Companhia aderiu aos programas de parcelamento da lei 11.941 e MP 470 para os tributos em atraso (estes em função da falta de linhas de crédito para financiamento de capital de giro durante a crise financeira internacional) e para os débitos tributários que vinham sendo questionados judicialmente.

Tributos a Pagar

Os tributos federais em 2009 foram no programa de parcelamento mencionado anteriormente.

Provisões para Contingências

Portobello

Atendimento às exigências contidas nas Instruções CVM 480 e 481/2009

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O crescimento desta rubrica em 2009 decorre de ações judiciais de natureza trabalhista e também tributária, esta que refere-se a exclusão do tributo estadual (ICMS) da base de cálculo das contribuições federais do PIS e COFINS e que influenciou também no aumento em 2010, além de ações cíveis.

Ajustes de variações patrimonial

A partir da vigência da lei 11.638 os efeitos de conversão das demonstrações financeiras de empresas controladas no exterior e as variações cambiais decorrente passaram a ser registradas no Patrimônio Líquido enquanto que em 2007 (pré lei 11.638) este registro acontecia no resultado.

Demonstração de Resultado	Consolidado			% da Receita			% da Variação		
	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	31 de dezembro de 2008	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	31 de dezembro de 2008	2010 x 2008	2010 x 2009	2009 x 2008
Operações continuadas									
Receita	511.415	380.208	356.264	100%	100%	100%	44%	35%	7%
Custo dos produtos vendidos	(347.971)	(274.990)	(237.210)	-68%	-72%	-67%	47%	27%	16%
Lucro operacional bruto	163.444	105.218	119.054	32%	28%	33%	37%	55%	-12%
Receitas (despesas) operacionais líquidas									
Vendas	(75.754)	(55.330)	(52.489)	-15%	-15%	-15%	44%	37%	5%
Gerais e administrativas	(16.985)	(15.119)	(16.369)	-3%	-4%	-5%	4%	12%	-8%
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	42	16.229	3.275	0%	4%	1%	-99%	-100%	396%
Outros ganhos (perdas), líquidos	(1.358)	(8.722)	(7.101)	0%	-2%	-2%	-81%	-84%	23%
	<u>(94.055)</u>	<u>(62.942)</u>	<u>(72.684)</u>	<u>-18%</u>	<u>-17%</u>	<u>-20%</u>	<u>29%</u>	<u>49%</u>	<u>-13%</u>
Lucro operacional antes do resultado financeiro	69.389	42.276	46.370	14%	11%	13%	50%	64%	-9%
Resultado financeiro									
Receitas financeiras	13.818	4.774	2.048	3%	1%	1%	575%	189%	133%
Despesas financeiras	(41.697)	(27.626)	(32.637)	-8%	-7%	-9%	28%	51%	-15%
Variação cambial líquida	1.888	12.687	(1.512)	0%	3%	0%	-225%	-85%	-939%
	<u>(25.991)</u>	<u>(10.165)</u>	<u>(32.101)</u>	<u>-5%</u>	<u>-3%</u>	<u>-9%</u>	<u>-19%</u>	<u>156%</u>	<u>-68%</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	43.398	32.111	14.269	8%	8%	4%	204%	35%	125%
Imposto de renda e contribuição social									
Corrente	(10.069)	(2.873)	(10.235)	-2%	-1%	-3%	-2%	250%	-72%
Diferido	7.400	(4.326)	376	1%	-1%	0%	1868%	-271%	-1251%
	<u>(2.669)</u>	<u>(7.199)</u>	<u>(9.859)</u>	<u>-1%</u>	<u>-2%</u>	<u>-3%</u>	<u>-73%</u>	<u>-63%</u>	<u>-27%</u>
Lucro do exercício das operações continuadas	40.729	24.912	4.410	8%	7%	1%	824%	63%	465%
Operações descontinuadas									
Lucro do exercício de operações descontinuadas	(8.425)	(5.745)	(13.755)	-2%	-2%	-4%	-39%	47%	-58%
Lucro líquido do exercício	32.304	19.167	(9.345)	6%	5%	-3%	-446%	69%	-305%
Lucro líquido atribuível a									
Acionistas da Companhia	32.295	19.161	(9.352)	6%	5%	-3%	-445%	69%	-305%
Participação dos não controladores	9	6	7	0%	0%	0%	29%	50%	-14%

Receita Operacional Líquida

Não houve variações significativas da receita líquida da Companhia entre os anos de 2008 e 2009, com apenas 7% de crescimento. Houve sim, redirecionamento do foco da empresa, onde reduziu-se a exportação para maior ênfase no mercado interno. Em 2010, entretanto, houve expressivo crescimento de 35%, decorrente do crescimento do mercado brasileiro de construção civil em 19% e resultado da política comercial agressiva e introdução de portfólio mais competitivo.

Lucro Operacional Bruto

Em 2009 houve redução do lucro bruto em 12%. Esta redução deve-se principalmente a problemas operacionais ocorridos na fábrica iniciados a partir da falta de gás natural ocorrida em dezembro de 2008, problema solucionado no segundo trimestre de 2009.

Entre 2009 e 2010 houve um incremento no lucro bruto de 55%. Este fato deve-se, além do crescimento das vendas, a melhor eficiência das linhas de produção implantadas em 2009 e 2010, além dos programas de desenvolvimento gerenciais e operacionais implementados no período.

Portobello

Atendimento às exigências contidas nas Instruções CVM 480 e 481/2009
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Despesas com vendas

Não houve variação significativa nas despesas entre 2008 e 2009. Em 2010, verificou-se o aumento de 37%, resultado de ampliação da estrutura de vendas, de incrementos em logística e dos programas de marketing para obter o ganho de participação de mercado auferido no período.

Despesas Administrativas

O aumento de 12% entre 2009 e 2010 decorre de gastos com consultorias para revisão de processos e aperfeiçoamento do sistema de gestão visando maior produtividade e eficácia.

Outras receitas e despesas operacionais, líquidos

O aumento significativo das receitas operacionais em 2009 decorre da adesão aos programas de parcelamento de tributos que incluíram redução de encargos e pagamento em até 180 meses. Já em 2010 houve redução de 100%, uma vez que em 2009 houve lançamento expressivo nesta rubrica devido à confissão e parcelamento de impostos.

Outros ganhos e perdas, líquidos

A redução desta rubrica “outros ganhos e perdas, líquidos” entre 2008 e 2010, decorre da diminuição das contas a receber e contas a pagar sujeitas a variação da taxa de câmbio.

Resultado Financeiro

Em 2009 o resultado financeiro líquido reduziu em função da redução dos encargos com tributos pela adesão aos programas de parcelamentos instituídos pela Lei 11.941 e MP 470.

Em 2010, o aumento de 156% na despesa financeira líquida foi decorrente do aumento de encargos sobre tributos, devido às atualizações dos parcelamentos tributários.

Operação descontinuada

Em 31 de dezembro de 2010 as operações da subsidiária Portobello América Inc., foram descontinuadas e os resultados desta operação em 2010 inclusive 2009 e 2008 foram apresentados de forma aglutinada conforme as normas do CPC/IFRS e as variações apresentadas referem-se aos resultados da subsidiária, considerando a montante das operações da Controladora na operação de descontinuação.

Resultado Líquido do Exercício

O lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2010 foi de 32 milhões, representando 6% da receita líquida e um crescimento em relação ao resultado do exercício anterior de 69%.

10.2 Os diretores devem comentar:

a) Resultados das operações do emissor, em especial:

i) Descrição de quaisquer componentes importantes da receita

A receita da Companhia é proveniente da venda de produtos cerâmicos para revestimento, destinados a construção civil. Estes produtos são na maioria de produção própria e em menor escala de produtos adquiridos de terceiros, seja no mercado interno ou importados.

Os produtos oferecidos pela Companhia classificam-se em diferentes classes (tipologia): (i) revestimentos externos; (ii) pisos cerâmicos; (iii) pisos porcelânicos esmaltados e não esmaltados; e (iv) revestimentos internos ou azulejos. Estas classes compõem a linhas de produtos que possuem diferentes cores e formatos. Esta composição determina o mix de produção que influencia na capacidade de produção.

A receita é influenciada primeiramente pelos volumes (capacidade de produção), pelo mix de formatos, pelo portfólio, e preços praticados em cada canal de distribuição,

Portobello

Atendimento às exigências contidas nas Instruções CVM 480 e 481/2009

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A estratégia de distribuição da Companhia está alicerçada em quatro canais distintos e com características específicas de portfólio de produtos, serviços e de política comercial:

Mercado Interno: Três são os canais de distribuição: (i) “revendas multimarcas”, responsáveis pelo atendimento a clientes revendedores de materiais de construção que vendem nossos produtos no varejo; (ii) “engenharias”, representadas por equipes especializadas que atendem empresas de construção civil, construtoras e incorporadoras imobiliárias; e (iii) “franquias” que atendem os clientes de varejo por meio das lojas franqueadas sob as bandeiras Portobello Shop e Empório Portobello. Com 105 lojas localizadas em 85 cidades, este canal representa a maior rede brasileira de lojas especializadas em revestimentos cerâmicos.

Mercado Externo: Representando as vendas realizadas para diversos Países.

A composição da receita líquida (R\$ mil), nos 3 últimos anos foi a seguinte:

Canais de Venda	2010			2009			2008		
	Volume (m ²)	Receita Líquida	% ROL	Volume (m ²)	Receita Líquida	% ROL	Volume (m ²)	Receita Líquida	% ROL
Mercado Interno	21.541	470.428	92%	16.043	344.504	91%	14.519	303.671	85%
Engenharia	8.838	162.915	32%	6.558	118.556	31%	6.088	105.472	30%
Revenda	7.648	155.624	30%	5.804	113.033	30%	5.376	101.737	29%
Lojas franqueadas (Portobello Shop)	5.055	151.889	30%	3.681	112.915	30%	3.055	96.462	27%
Mercado Externo	1.995	40.987	8%	1.679	35.704	9%	2.348	52.593	15%
Total	23.536	511.415		17.722	380.208		16.867	356.264	

Com o enfraquecimento do dólar norte americano a Companhia tem reduzindo suas exportações desde 2006, (quando representava 50%, para 8% em 2010) em busca de melhor lucratividade. A crise na construção civil americana afetou as vendas da Companhia naquele mercado. Redirecionamos a disponibilidade para o mercado interno dado ao seu crescimento, notadamente em dois segmentos/canais: (i) Engenharia e (ii) Portobello Shop. Este com a abertura de novas lojas franqueadas

As lojas franqueadas da Portobello Shop dividem-se em dois padrões: (i) Portobello Shop, voltada ao segmento de consumo mais nobre e, (ii) Emporium Portobello voltada a produtos de maior acessibilidade.

As vendas no mercado interno sofrem influência da conjuntura econômica brasileira. Quanto ao comportamento do mercado interno, na análise de dados históricos, nota-se uma estreita correção entre alguns indicadores macroeconômicos, conforme abaixo:

Índice	2010	2009	2008	2007	2006	2005
PIB	7,10%	-0,20%	5,10%	5,70%	4,00%	3,20%
PIB Construção Civil	9,30%	1,00%	8,00%	5,00%	4,60%	1,30%
Índice Abramat	15,60%	-6,50%	37,50%	16,00%	6,70%	-3,60%
Material de Acabamento	15,60%	5,90%	16,50%	13,10%	6,00%	9,40%

ii) Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Nos últimos três exercícios os resultados consolidados da Companhia foram influenciados pelos seguintes fatores:

Portobello

Atendimento às exigências contidas nas Instruções CVM 480 e 481/2009
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- Redução da competitividade das exportações devido ao enfraquecimento da moeda norte americana e a crise do setor imobiliário dos EUA. Além dos custos de redirecionamento do foco para o mercado interno, incorreu-se em custo extras devido a descontinuação dos negócios da subsidiária Portobello America;
- Redimensionamento do portfólio para atender as demandas implicando em custos de descontinuação de produtos e relacionamento com clientes e também lançamento de novos produtos para atender estas novas demandas;
- A restrição de crédito devido à crise financeira mundial iniciada no final de 2008 afetou a capacidade de nossos clientes financiarem seus estoques além de custos financeiros maiores com a conseqüente redução no volume de compras;
- Ao final de 2008 houve interrupção do fornecimento de gás natural. Isto provocou a parada de nossa produção causando ociosidade e incorremos em custos extraordinários durante 2009;
- A Companhia aderiu ao Programa de Recuperação Fiscal – REFIS instituído pela Lei 11.941 e MP 470, resultando em aumento do Patrimônio Líquido no montante de R\$ 13 milhões. Além da grande redução do passivo fiscal e amortização em até 180 meses. Nesta ocasião foram transformadas as contingências que a Companhia avaliou serem convenientes reconhecer como passivo para parcelamento com as reduções expressivas possibilitadas pela nova legislação. Foram utilizados créditos de IR e CSLL diferidos, para parte significativa dos pagamentos destes impostos parcelados, cujo aproveitamento em condições normais levaria diversos anos. Estas contingências fiscais em sua quase totalidade decorreram de compensações de impostos com créditos-prêmio de IPI, que haviam sido glosadas pela Receita Federal e encontravam-se em discussão nas esferas administrativa e judicial. A confissão e parcelamento destas dívidas fiscais decorrentes de compensações glosadas, embora elimine a discussão administrativa, não prejudica o andamento das ações judiciais para reconhecimento do direito a crédito-prêmio de IPI de exportações realizadas antes de outubro de 1990, já transitadas em julgado quanto ao mérito favorável à Companhia, encontrando-se em processo de liquidação de sentença.
- Em 2009 os resultados operacionais foram afetados positivamente por R\$ 45 mil de “outras receitas operacionais líquidas”, sendo R\$ R\$ 15 milhões de “outras receitas operacionais” e R\$ 15 milhões de “outras despesas operacionais”. Os principais itens integrantes das “outras receitas operacionais” foram R\$ 9 milhões decorrentes do complemento do empréstimo compulsório da Eletrobrás e R\$ 3 milhões devido à utilização de créditos tributários para a MP 470. Nas “outras despesas operacionais” os principais itens foram R\$ 6 milhões da migração dos débitos da MP 470 para a Lei 11.941, R\$ 4 milhões de despesas com contingências e R\$ 3 milhões provisionados para a participação nos lucros.
- O ano de 2010 ficou marcado pelos recordes históricos de venda, pelo alto crescimento da Companhia e ótimo desempenho da construção civil brasileira que potencializou os efeitos de medidas adotadas pela Administração nos últimos anos. Mesmo com o impacto negativo do fechamento das operações da subsidiária Portobello América Inc., o resultado de 2010 foi expressivo.

b) Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

A receita consolidada que havia crescido 7% de 2008 para 2009, apresentou forte crescimento de 35% em 2010. Este crescimento deveu-se ao aumento do volume de vendas uma vez que o preço médio manteve-se quase estável. No entanto, sua composição mudou conforme exposto acima. Houve o deslocamento da exportação para o mercado interno. Este fato deveu-se ao redirecionamento estratégico iniciado no começo de 2006.

Por se tratar de uma indústria em que as tendências de moda têm um grande peso os esforços de inovação e constante lançamento de produtos novos. Cerca de 53% da Receita da Companhia é proveniente da venda de produtos lançados nos últimos 5 anos. A renovação do portfólio é constante e demanda constante pesquisa e desenvolvimento de novos produtos.

Portobello

Atendimento às exigências contidas nas Instruções CVM 480 e 481/2009
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2010	2009	2008	2007	2006
% da Receita decorrente de produtos lançados no ano anterior	10%	16%	8%	13%	13%

c) Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

Não houve impacto da inflação nos principais insumos e produtos da Companhia. Houve em 2009 uma influência positiva de R\$ 4 milhões (R\$ 500 mil em 2010) no resultado da Companhia, efeito da variação cambial líquida que beneficiou o resultado financeiro em R\$ 13 milhões enquanto que em 2010 este valor foi de 2 milhões, e uma perda cambial de R\$ 9 milhões em 2009 (R\$ 1,5 milhões em 2010), reconhecida sob a rubrica “*outros ganhos e perdas, líquidos*”.

10.3 Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

a) Introdução ou alienação de segmento operacional

Não se aplica.

b) Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Houve em 2010 a descontinuação das operações das atividades operacionais da subsidiária Portobello América Inc., tendo em vista que a demanda no mercado norte americano, permanecerá contido para os próximos anos. A Companhia reconheceu a descontinuação da subsidiária em 31 de dezembro de 2010 e a desmobilização do ativo está em andamento.

c) Eventos ou operações não usuais

Ressalvado a descontinuação da subsidiária Portobello América, Inc., já comentado acima, não houve evento não usual no período.

10.4 Os diretores devem comentar:

a) Mudanças significativas nas práticas contábeis

Em 31 de dezembro de 2010 a Companhia apresentou as demonstrações financeiras conforme práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e também estão de acordo com os Padrões Internacionais de Demonstrações Financeiras (IFRS).

Estas são as primeiras demonstrações financeiras apresentadas de acordo com o CPCs e IFRS pela Companhia e as principais diferenças entre as práticas contábeis adotadas anteriormente no Brasil (BR GAAP antigo) e CPCs/IFRS, incluindo as reconciliações do patrimônio líquido, estão descritas abaixo:

i) Duplicatas descontadas e adiantamentos sobre cambiais de exportação

De acordo com o BR GAAP antigo, as duplicatas descontadas, bem como os adiantamentos sobre cambiais de exportação, são reconhecidos em conta redutora do ativo de contas a receber de clientes. De acordo com a IAS 39,

Portobello

Atendimento às exigências contidas nas Instruções CVM 480 e 481/2009
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

quando ativos financeiros são descontados, no entanto o risco não é transferido, o valor destes ativos deve ser registrado no passivo e não como uma redutora do ativo. Desta forma a Companhia optou pela reclassificação dos saldos existentes de duplicatas descontadas para o grupo de empréstimos e financiamentos.

ii) Plano de previdência privada

Os ganhos e as perdas atuariais, decorrentes de ajustes com base na experiência e nas mudanças das premissas atuariais, foram registrados como outros resultados abrangentes, no patrimônio líquido sob a rubrica "Ajuste de avaliação patrimonial".

Além disso, a Companhia em 31 de dezembro de 2010, diante do cálculo atuarial que resultou em um Superávit, reconheceu um ativo atuarial que está limitado ao total de quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e o valor presente dos benefícios econômicos disponíveis, na forma de reembolsos futuros do plano ou redução nas futuras contribuições aos planos.

iii) Imposto de renda e contribuição social diferidos

As mudanças no imposto de renda e contribuição social diferidos referem-se à adoção do ICPC 10 que aconselha constituir a provisão de impostos sobre a reavaliação de terrenos. O ajuste necessário para a transição para o CPC/IFRS foi realizado em contrapartida da conta de reserva de reavaliação no patrimônio líquido.

A Companhia reclassificou o Imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos para o não circulante, de acordo com o CPC 26 (p.56) que orienta que "na situação em que a entidade apresente separadamente seus ativos e passivos circulantes e não circulantes, os impostos diferidos ativos (passivos) não devem ser classificados como ativos circulantes (passivos circulantes)".

b) Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

O impacto pelas alterações nas práticas contábeis no patrimônio líquido da Companhia em 31 de dezembro de 2010 foi de R\$ 168 e refere-se a ganho mediante avaliação atuarial do plano de previdência privada, patrocinado pela Companhia conforme descrito no item 10.5 (s), já no resultado do exercício de 2010 o impacto, ainda referente ao plano de previdência privada, foi de R\$ 284 reconhecido em outras receitas operacionais, resultado da gestão dos ativos dos planos.

Os efeitos significativos da transição para os CPCs e IFRS para a transição dos CPCs e IFRS nas seguintes datas são:

Patrimônio Líquido em 1º de janeiro de 2009:

	Consolidado					
	De acordo com os critérios contábeis anteriores	Duplicatas desc. e adiant. s/cambiais	IR/CS diferidos	Plano de Previdência	IR/CSLL diferidos s/reavaliação	De acordo com CPC/IFRS
Ativo						
Circulante						
Contas a receber de clientes	74.224	5.641	-	-	-	79.865
Imposto de renda e contribuição social diferidos	22.839	-	(22.839)	-	-	-
Não circulante						
Realizável a longo prazo	-	-	-	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-	22.839	-	-	22.839
Passivo						
Circulante						
Empréstimos e financiamentos	93.144	5.641	-	-	-	98.785
Não circulante						
Imposto de renda e contribuição social diferidos	38.066	-	-	-	2.517	40.583
Plano de previdência privada	3.629	-	-	2.730	-	6.359
Patrimônio líquido, capital e reservas atribuídos aos acionistas controladores						
Reserva de reavaliação	52.989	-	-	-	(2.517)	50.472
Prejuízos acumulados	(152.025)	-	-	(2.730)	-	(154.755)

Portobello

Atendimento às exigências contidas nas Instruções CVM 480 e 481/2009
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Patrimônio Líquido em 31 de dezembro de 2009:

	Consolidado					
	De acordo com os critérios contábeis anteriores	Duplicatas desc. e adiant. s/cambiais	IR/CS diferidos	Plano de Previdência	IR/CSLL diferidos s/reavaliação	De acordo com CPC/IFRS
Ativo						
Circulante						
Contas a receber de clientes	68.546	2.443	-	-	-	70.989
Imposto de renda e contribuição social diferidos	17.575	-	(17.575)	-	-	-
Não circulante						
Realizável a longo prazo						
Imposto de renda e contribuição social diferido	-	-	17.575	-	-	17.575
Passivo						
Circulante						
Empréstimos e financiamentos	90.428	2.443	-	-	-	92.871
Não circulante						
Imposto de renda e contribuição social diferidos	37.456	-	-	-	2.517	39.973
Plano de previdência privada	3.281	-	-	139	-	3.420
Patrimônio líquido, capital e reservas atribuídos aos acionistas controladores						
Reserva de reavaliação	51.246	-	-	-	(2.517)	48.729
Prejuízos acumulados	(133.712)	-	-	(139)	-	(133.851)

Resultado em 31 de dezembro de 2009:

	Consolidado					
	De acordo com os critérios contábeis anteriores	Duplicatas desc. e adiant. s/cambiais	IR/CS diferidos	Plano de previdência	IR/CSLL diferidos s/reavaliação	De acordo com CPC/IFRS
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	13.638			2.591		16.229
Lucro líquido do exercício	16.576			2.591		19.167
Lucro líquido atribuível a						
Acionistas da Companhia	16.570					19.161
Participação dos não controladores	6					6

c) Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 o parecer dos auditores independentes possui parágrafo de ênfase mencionando que as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e que no caso a Portobello S.A., essas práticas diferem do IFRS, aplicável as demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, uma vez que para fins de IFRS seria custo ao valor justo.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2009 não há ressalvas, limitações de escopo ou mesmo parágrafos de ênfase no parecer dos auditores independentes e para o exercício findo em 31 de dezembro de 2008 o parecer dos auditores independentes possuía parágrafo de ênfase relacionado aos contínuos prejuízos gerados pela Companhia e pela insuficiência de Capital de Giro.

10.5 Os diretores devem indicar e comentar políticas contábeis críticas adotadas pelo emissor, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros

Resumo das principais políticas contábeis:

Portobello

Atendimento às exigências contidas nas Instruções CVM 480 e 481/2009

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

a) Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, ajustadas para refletir o “custo reavaliado” que ocorreu em 2006 para terrenos, edificações e benfeitorias, na data de transição para IFRS/CPCs. Os ativos e passivos financeiros estão mensurados ao valor justo contra o resultado do exercício.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras consolidadas, estão divulgadas no item 2.

b) Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas e são apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs).

As demonstrações financeiras consolidadas também foram preparadas e são sendo apresentadas de acordo com os Padrões Internacionais de Demonstrações Financeiras (International Financial Reporting Standards (IFRS) emitidos pelo International Accounting Standards Board (IASB).

As demonstrações financeiras correntes são as primeiras demonstrações financeiras apresentadas de acordo com CPCs e IFRS pela Companhia.

Controladas

Controladas são todas as entidades nas quais a Companhia tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, geralmente acompanhada de uma participação de mais do que metade dos direitos a voto (capital votante). A existência e o efeito de possíveis direitos a voto, que são atualmente exercíveis ou conversíveis, são considerados quando se avalia se a Companhia controla outra entidade. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia e deixam de ser consolidadas a partir da data em que cessa o controle.

As operações entre a Companhia e suas empresas controladas, bem como os saldos, os ganhos e as perdas não realizados nessas operações, foram eliminados para fins de preparação das demonstrações financeiras consolidadas.

As políticas contábeis das controladas são alteradas quando necessário para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

Transações e participações das não controladoras

O Grupo trata as transações com participações não controladoras como transações com proprietários de ativos do Grupo. Para as compras de participações não controladoras, a diferença entre qualquer contraprestação paga e a parcela adquirida do valor contábil dos ativos líquidos da controlada é registrada no patrimônio líquido. Os ganhos ou perdas sobre alienações para participações não controladoras também são registrados no patrimônio líquido.

Quando o Grupo deixa de ter controle, qualquer participação retida na entidade é remensurada ao seu valor justo, sendo a mudança no valor contábil reconhecida no resultado. Quaisquer valores previamente reconhecidos em outros resultados abrangentes relativos àquela entidade são contabilizados como se o Grupo tivesse alienado diretamente os ativos ou passivos relacionados. Isso significa que os valores reconhecidos previamente em outros resultados abrangentes são reclassificados no resultado.

c) Conversão de moeda estrangeira

Moeda de apresentação e moeda funcional

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das empresas do Grupo são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a empresa atua ("a moeda funcional"). As demonstrações

financeiras consolidadas estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação do Grupo.

Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para Reais, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes aos ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras são reconhecidos na demonstração do resultado como outros ganhos e perdas líquidos, exceto as operações de financiamentos que estão reconhecidas no resultado financeiro.

Empresas controladas

Os ativos e passivos em moeda estrangeira (Dólar dos Estados Unidos) registrados por controlada sediada no exterior foram convertidos para Reais pela taxa de câmbio no fechamento do balanço e o resultado foi convertido pelas taxas de câmbio médias mensais. A variação cambial sobre o investimento no exterior foi registrada como ajuste acumulado de conversão no patrimônio líquido sob a rubrica "Ajuste de avaliação patrimonial".

d) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de três meses ou menos, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

e) Ativos Financeiros

Classificação

O Grupo classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: empréstimos e recebíveis, mantidos até o vencimento, ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado (mantidos para negociação) e ativos financeiros disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

• **Empréstimos e recebíveis**

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis do Grupo compreendem "contas a receber de clientes".

• **Ativos financeiros mantidos até o vencimento**

São basicamente os títulos e valores mobiliários que não podem ser classificados como empréstimos e recebíveis, por serem cotados em um mercado ativo. Nesse caso, esses ativos financeiros são adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento.

• **Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado (mantidos para negociação)**

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação ativa e freqüente. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda de curto prazo e classificados como ativo circulante. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo são apresentados na demonstração do resultado em "resultado financeiro" no período em que ocorrem. Em 31 de dezembro de 2010 a Companhia e suas controladas não possuíam instrumentos financeiros classificados nessa categoria.

• **Ativos financeiros disponíveis para a venda**

Os ativos financeiros disponíveis para venda são não derivativos, que são designados nessa categoria ou que não são classificados em nenhuma outra categoria. Eles são incluídos em ativos não circulantes, a menos que a

administração pretenda alienar o investimento em até 12 meses após a data do balanço. Em 31 de dezembro de 2010 a Companhia e suas controladas não possuíam instrumentos financeiros classificados nessa categoria.

Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual o Grupo se compromete a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que o Grupo tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos financeiros disponíveis para venda e os ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Após seu reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis e investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

f) Impairment de ativos financeiros

O Grupo avalia no final de cada período do relatório se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Os critérios que o Grupo usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

- i) Dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
- ii) Uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- iii) Torna-se provável que o devedor declare falência ou outra reorganização financeira;
- iv) O desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou
- v) Dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo:

- Mudanças adversas na situação do pagamento dos devedores de empréstimo na carteira;
- Condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

g) Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no decurso normal das atividades do Grupo e são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para devedores duvidosos "PDD" (*impairment*). Na prática são normalmente reconhecidas ao valor faturado ajustado pela provisão para *impairment*, se necessária. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano

Portobello

Atendimento às exigências contidas nas Instruções CVM 480 e 481/2009

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

ou menos (ou outro que atenda o ciclo normal do Grupo), as contas a receber são classificadas no ativo circulante, caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

A provisão para devedores duvidosos (*impairment*) é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que o Grupo não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber e o cálculo da provisão é baseado em estimativa suficiente para cobrir prováveis perdas na realização das contas a receber, considerando a situação de cada cliente e respectivas garantias oferecidas.

h) Estoques

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado usando-se o método da média ponderada móvel. O custo dos produtos acabados e dos produtos em processo compreende matérias-primas, mão-de-obra direta, outros custos diretos e gastos gerais de produção relacionadas (com base na capacidade operacional normal), exceto os custos dos empréstimos tomados. O valor realizável líquido é o preço de venda estimado para o curso normal dos negócios, deduzidos os custos de execução e as despesas de venda.

i) Depósitos judiciais

Os saldos dos depósitos judiciais estão atualizados monetariamente pela taxa de poupança e apresentados como ativo não circulante, realizável a longo prazo.

j) Recebíveis da Eletrobrás

Os recebíveis da Eletrobrás são decorrentes de valor incontroverso e são reconhecidos com base no cálculo da contadoria de Justiça Federal e estão atualizados por índice de inflação, acrescidos de 12% a.a.

k) Investimentos

Os investimentos em empresas controladas estão avaliados pelo método de equivalência patrimonial, reconhecida no resultado do exercício como receita ou despesa operacional. No caso da variação cambial de investimento na controlada Portobello América Inc., as variações no valor do investimento decorrentes exclusivamente de variação cambial são registradas na conta "Ajuste de avaliação patrimonial", no patrimônio líquido da Companhia, e somente são registrados ao resultado do exercício quando o investimento for vendido ou baixado para perda.

A provisão para perdas em investimentos é constituída quando ocorrem perdas de investimentos em controladas e estas perdas excedem o limite do valor contábil do investimento. A Companhia classificada a provisão no passivo não circulante, sob a rubrica "Provisão para perdas em investimentos" e a contrapartida da provisão é registrada no resultado, na rubrica "Resultado da equivalência patrimonial".

Outros investimentos estão reconhecidos pelo custo histórico e ajustado pela provisão para *impairment*, caso exista algum indicador de perda.

l) Imobilizado

O imobilizado é registrado pelo custo de aquisição ou construção acrescido de reavaliação, deduzido da depreciação acumulada. A contrapartida das reavaliações é registrada em conta própria do patrimônio líquido e em conta de tributos diferidos no passivo não circulante. Conforme facultado pelo Pronunciamento CPC 13 – Adoção Inicial da Lei nº 11.638/07, a Companhia optou por manter a reserva de reavaliação até sua efetiva realização.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados no custo de produção, quando incorridos.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

Portobello

Atendimento às exigências contidas nas Instruções CVM 480 e 481/2009
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Anos
Edificações, obras civis e benfeitorias	25-40
Máquinas e equipamentos	10-15
Móveis e utensílios	10
Computadores	5

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. Até o presente momento, essas revisões não indicam a necessidade de reconhecer perdas permanentes.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas), operacionais líquidas" na demonstração do resultado.

m) Intangível

O intangível refere-se ao registro dos direitos que tem por objeto bens incorpóreos, como marcas e patentes, gastos de implantação do sistema de gestão e softwares e direitos de exploração de jazidas de minérios, fundo de comércio. São apresentados pelo custo incorrido na aquisição ou formação e, posteriormente deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável. Assim são demonstrados ao custo de aquisição, combinada com as taxas anuais de amortização calculadas pelo método linear levando em consideração a vida útil definida para o ativo, como segue:

	Anos
Software	5
Direito de exploração de jazidas	5
Marcas e patentes	Indefinida
Fundo de comércio	Indefinida

O Grupo determinou a vida útil das marcas e patentes e fundo de comércio como indefinida, com base em uma análise de todos os fatores relevantes, este que não apresentaram limites previsíveis em relação ao período durante o qual se espera que estes ativos gerem fluxos de entrada de caixa líquidos para o Grupo.

O Grupo testa a recuperação de um ativo intangível com vida útil indefinida comparando o seu valor recuperável com o seu respectivo valor contábil, anualmente ou sempre que haja uma indicação de que o ativo intangível pode estar perdendo substância econômica, conforme determinação do CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável e entende que os saldos em 31 de dezembro de 2010 estão próximos do valor justo.

n) Arrendamentos mercantis

Os arrendamentos mercantis de imobilizado nos quais o Grupo assume substancialmente os riscos e benefícios de propriedade são classificados como arrendamentos financeiros sob a rubrica "Empréstimos e financiamentos", e registrados como uma compra financiada, reconhecendo, no seu início, um ativo imobilizado e um passivo de financiamento pelo valor justo e subsequentemente pelo custo amortizado. O imobilizado adquirido nos arrendamentos financeiros é depreciado pelas taxas usuais.

Os arrendamentos mercantis nos quais uma parte dos riscos e benefícios de propriedade ficam com o Grupo são classificados como arrendamentos operacionais. As despesas com arrendamentos operacionais são apropriados ao resultado pelo método linear ao longo do período do arrendamento.

o) Impairment de ativos não financeiros

Portobello

Atendimento às exigências contidas nas Instruções CVM 480 e 481/2009
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* anualmente e sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)). Os ativos não financeiros são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data de apresentação do relatório.

A Companhia em 31 de dezembro de 2010 submeteu os ativos não financeiros a análise e testes de *impairment* e não possui indicadores de que os saldos contábeis destes ativos podem não ser totalmente recuperáveis.

p) Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

q) Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos tomados são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, os empréstimos tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido ("pro rata temporis").

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que o Grupo tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

r) Provisões para contingências, passivos e ativos contingentes

As provisões para contingências são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação e são avaliadas individualmente pelos consultores jurídicos e legais da Companhia que os classificam de acordo com as expectativas de êxito das causas. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, sendo apenas divulgados nas demonstrações financeiras, e os classificados como remotos não são provisionados e nem divulgados. Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Companhia julgar que o ganho é praticamente certo ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos.

s) Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

O imposto de renda e contribuição social correntes são calculados com base nas alíquotas efetivas do imposto de renda (25%) e da contribuição social (9%) sobre o lucro líquido ajustado nos termos da legislação vigente. A compensação de prejuízos fiscais e de base negativa da contribuição social está limitada a 30% do lucro tributável.

Os créditos tributários diferidos de imposto de renda e contribuição social são decorrentes de saldos acumulados de prejuízos fiscais, bases negativas da contribuição social e diferenças temporárias ativas, assim como, os débitos tributários diferidos de imposto de renda e contribuição social são decorrentes de reavaliação de ativo imobilizado e diferenças temporárias passivas. Os créditos levaram em consideração a expectativa futura de geração de lucros

Portobello

Atendimento às exigências contidas nas Instruções CVM 480 e 481/2009

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

tributáveis e estão calculados com base nas alíquotas atualmente vigentes pela legislação tributária e registrados até o montante considerado como realizável com base em estimativas preparadas pela Companhia.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

t) Benefícios a empregados

Plano de previdência privada

A Companhia patrocina plano de benefício com característica de contribuição definida, porém oferece um benefício mínimo de aposentadoria por tempo de serviço ou por idade (componentes de benefício definido). Um plano de contribuição definida é um plano de pensão segundo o qual a Companhia faz contribuições fixas a uma entidade separada. A Companhia não tem obrigações legais nem construtivas de fazer contribuições se o fundo não tiver ativos suficientes para pagar a todos os empregados os benefícios relacionados com o serviço do empregado no período corrente e anterior. Um plano de benefício definido é diferente de um plano de contribuição definida. Em geral, os planos de benefício definido estabelecem um valor de benefício de aposentadoria que um empregado receberá em sua aposentadoria, normalmente dependente de um ou mais fatores, como idade, tempo de serviço e remuneração.

A obrigação de benefício definido é calculada anualmente por atuários independentes, usando o método do crédito unitário projetado. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das saídas futuras estimadas de caixa, usando taxas de juros condizentes com os rendimentos de mercado, as quais são denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de pensão. O passivo reconhecido no balanço patrimonial é o valor presente das obrigações de benefício definido na data do balanço, menos o valor justo dos ativos do plano, com os ajustes de serviços passados não reconhecidos. Quando o cálculo resulta em um benefício para a Companhia, o ativo a ser reconhecido é limitado ao total de quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e o valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano ou redução nas futuras contribuições aos planos.

Os ganhos e as perdas atuariais, decorrentes de ajustes com base na experiência e nas mudanças das premissas atuariais, são registrados como outros resultados abrangentes, no patrimônio líquido sob a rubrica "Ajuste de avaliação patrimonial".

Os custos de serviços passados são imediatamente reconhecidos no resultado, a menos que as mudanças do plano de pensão estejam condicionadas à permanência do empregado no emprego, por um período de tempo específico (o período no qual o direito é adquirido). Nesse caso, os custos de serviços passados são amortizados pelo método linear durante o período em que o direito foi adquirido.

Com relação aos planos de contribuição definida, a Companhia não tem nenhuma obrigação adicional de pagamento depois que a contribuição é efetuada. As contribuições são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados, quando devidas e as contribuições feitas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na proporção em que um reembolso em dinheiro ou uma redução dos pagamentos dos serviços correntes futuros estiver disponível.

Plano de participação nos resultados

O reconhecimento desta participação, quando aplicável, é efetuado quando do encerramento do exercício, momento em que o valor pode ser mensurado de maneira confiável pelo Grupo. O Grupo registra no passivo circulante, sob a rubrica "Outros" e na demonstração do resultado sob a rubrica "Outras despesas operacionais" a participação nos resultados com base em uma fórmula que leva em conta o atingimento de 80% lucro antes dos juros e impostos orçado.

u) Capital social

O capital social da Companhia está representado exclusivamente por ações ordinárias e estão classificadas no patrimônio líquido.

Portobello

Atendimento às exigências contidas nas Instruções CVM 480 e 481/2009
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

v) Custos de emissão

Os custos de emissão de ações são reconhecidos no patrimônio líquido da Companhia, deduzindo o valor das ações emitidas.

w) Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras do Grupo ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembléia Geral.

x) Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades do Grupo e é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações das vendas entre a Companhia e suas empresas controladas.

A receita de venda é reconhecida no momento da entrega física dos bens ou serviços, transferência de propriedade e quando todas as seguintes condições tiverem sido satisfeitas: a) o cliente assume os riscos e benefícios significativos decorrentes da propriedade dos bens; b) o valor da receita pode ser medido com segurança; c) o reconhecimento do contas a receber é provável; e d) os custos incorridos ou a incorrer referentes à transação possam ser medidos com segurança.

Venda de produtos - atacado

A Companhia produz e vende uma variedade de revestimentos cerâmicos no mercado atacado. As vendas dos produtos são reconhecidas sempre que a Companhia efetua a entrega dos produtos para o atacadista, o qual passa a ter total liberdade sobre o canal e o preço de revenda dos produtos, e não há nenhuma obrigação não satisfeita que possa afetar a aceitação dos produtos pelo atacadista. A entrega não ocorre até que: (i) os produtos tenham sido embarcados para o local especificado; (ii) os riscos de obsolescência e perda tenham sido transferidos para o atacadista; (iii) o atacadista tenha aceitado os produtos de acordo com o contrato de venda; e (iv) as disposições de aceitação tenham sido acordadas, ou a Companhia tenha evidências objetivas de que todos os critérios para aceitação foram atendidos.

Os revestimentos cerâmicos são eventualmente vendidos com descontos por volume. Os clientes têm o direito de devolver produtos com defeitos no mercado atacadista. As vendas são registradas com base no preço especificado nos contratos de venda. As vendas são realizadas com prazo de pagamento variado de acordo com o tipo de cliente (Home Centers, Construtoras, Lojas Franqueadas), que não têm caráter de financiamento e são consistentes com a prática do mercado; portanto, essas vendas não são descontadas ao valor presente.

Receita de royalties

A receita de royalties é reconhecida pelo regime de competência conforme a essência dos contratos aplicáveis.

Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros, e é reconhecida à medida que há expectativa de realização.

y) Resultado de operações descontinuadas

O resultado de operação descontinuada é apresentado em montante único na demonstração do resultado, contemplando o resultado total após o imposto de renda destas operações menos qualquer perda relacionada a *impairment*.

Estimativas e julgamentos contábeis críticos:

Portobello

Atendimento às exigências contidas nas Instruções CVM 480 e 481/2009

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Com base em premissas, o Grupo faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas abaixo.

a) Revisão da vida útil e recuperação dos ativos

A capacidade de recuperação dos ativos que são utilizados nas atividades da Companhia é avaliada sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos pode não ser recuperável com base em fluxos de caixa futuros. Se o valor contábil destes ativos for superior ao seu valor recuperável, o valor líquido é ajustado e sua vida útil readequada para novos patamares.

b) Provisões para contingências

A Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis e tributários que se encontram em instâncias diversas. As provisões para contingências, constituídas para fazer face a potenciais perdas decorrentes dos processos em curso, são estabelecidas e atualizadas com base na avaliação da administração, fundamentada na opinião de seus assessores jurídicos e legais e requerem elevado grau de julgamento sobre as matérias envolvidas.

c) Provisões para perda no estoque

A provisão de estoque para potenciais perdas é constituída quando, com base na estimativa da Administração, os itens são definidos como descontinuados, baixo giro e quando os valores dos itens de estoque estiverem a um custo superior ao valor realizável líquido.

d) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os ativos e passivos fiscais diferidos são baseados em diferenças temporárias e prejuízos fiscais entre os valores contábeis nas demonstrações financeiras e a base fiscal. Se a Companhia e suas controladas operarem com prejuízo ou não forem capazes de gerar lucro tributável futuro suficiente, ou se houver uma mudança material nas atuais taxas de imposto ou período de tempo no qual as diferenças temporárias subjacentes se tornem tributáveis ou dedutíveis, seria necessário uma reversão de parte significativa de nosso ativo fiscal diferido, podendo resultar em um aumento na taxa efetiva de imposto.

e) Plano de previdência privada

O valor atual de obrigações de planos de pensão depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais, que utilizam uma série de premissas. Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita) líquido para os planos de pensão, está a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão o valor contábil das obrigações dos planos de pensão.

O Grupo determina a taxa de desconto apropriada ao final de cada exercício. Essa é a taxa de juros que deveria ser usada para determinar o valor presente de futuras saídas de caixa estimadas, que devem ser necessárias para liquidar as obrigações de planos de pensão. Ao determinar a taxa de desconto apropriada, o Grupo considera as taxas de juros de títulos privados de alta qualidade, sendo estes mantidos na moeda em que os benefícios serão pagos e que têm prazos de vencimento próximos dos prazos das respectivas obrigações de planos de pensão.

Outras premissas importantes para as obrigações de planos de pensão se baseiam, em parte, em condições atuais do mercado.

f) Operação descontinuada

Portobello

Atendimento às exigências contidas nas Instruções CVM 480 e 481/2009
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O Conselho de Administração aprovou em agosto de 2010 a descontinuação da controlada Portobello América Inc., e para isso foram reconhecidas provisões com base no preço de liquidação de expectativas passada, constituindo o valor justo estimado de perda na descontinuação do negócio.

g) Recebíveis da Eletrobrás

O reconhecimento dos Recebíveis da Eletrobrás embasa-se na opinião dos consultores jurídicos da Companhia e está calcado no trânsito em julgado da ação, que encontra-se atualmente em liquidação de sentença. Os valores já foram apurados pelo setor de Contadoria da Justiça Federal, observados os contornos da sentença condenatória e os balizamentos observados pelo juiz da causa, desta forma de acordo com os consultores jurídicos, é praticamente certo a chancela definitiva dos valores postulados.

h) Créditos com pessoas ligadas com garantias

O recebível da Refinadora Catarinense é reconhecido com base no valor de contrato firmado com a contraparte e no valor das garantias oferecidas. Os créditos cedidos em garantia já foram convertidos em precatório e encontram-se insertos no orçamento da União para o exercício de 2011. Assim, pode-se afiançar que a União Federal iniciará o pagamento do precatório, com a consequente satisfação dos haveres da Companhia, ainda no ano de 2011.

i) Parcelamento MP 470

O valor do parcelamento da MP 470 baseia-se no princípio que a Companhia obterá o deferimento do pedido de acordo com a opinião de seus consultores jurídicos.

A Companhia já requereu a prestação jurisdicional para obter a homologação judicial do parcelamento a que alude a MP 470. A referida ação – Mandado de Segurança – tem como desfecho praticamente certo a sua procedência, secundada no pronunciamento da área jurídica da Companhia, bem como de dois escritórios de advocacia de notória especialização (Demarest Almeida e Souza Cescon).

10.6 Com relação aos controles internos adotados para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, os diretores devem comentar:

a) Grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las

A Administração entende que a Companhia possui um ambiente de controles internos suficientemente confiável para que as demonstrações financeiras estejam livres de erros materiais. Os controles internos são efetuados, em sua maioria, de forma sistêmica, através do sistema de informações integrado (ERP) Oracle.

b) Deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente

Não houve deficiências significativas incluídas no relatório dos auditores independentes nos últimos anos. A preparação das recomendações do ano de 2010 está em fase de finalização e assim que tivermos a compilação das informações atualizaremos o formulário de referência, se necessário.

10.7 Caso o emissor tenha feito oferta pública de distribuição de valores mobiliários, os diretores devem comentar:

a) Como os recursos resultantes da oferta foram utilizados

Não se aplica

b) Se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição

Não se aplica

c) Caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios

Não se aplica

10.8 Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:

a) Os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:

- i) Arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos**
- ii) Carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos**
- iii) Contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços**
- iv) Contratos de construção não terminada**
- v) Contratos de recebimentos futuros de financiamentos**

Não se aplica.

b) Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

A Companhia, em 31 de dezembro de 2010, possui ativos contingentes referente processos judiciais que tratam de benefícios fiscais intitulados “crédito-prêmio do IPI” não reconhecidos como ativos, tendo em vista que os valores devidos pela União Federal ainda não foram apurados pela Justiça Federal, impossibilitando a Companhia de reconhecer tais valores. Além de ativos, a Companhia possui passivos contingentes de natureza trabalhista e civil, que de acordo com a avaliação dos riscos oriundos avaliados pelo assessores jurídicos da Companhia, há possibilidade de serem incorridas perdas nessas áreas. Tanto os ativos contingentes como os passivos contingentes estão demonstrados nas notas explicativas, que são partes integrantes das demonstrações financeiras.

10.9 Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.8, os diretores devem comentar:

a) Como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

O ativo contingente referente o processo nº 1998.34.00.029022-4, a Companhia aguarda julgamento definitivo da liquidação de sentença que deverá ocorrer até dezembro de 2011 e havendo decisão favorável, a Companhia reconhecerá uma o valor devido em outras receitas operacionais, já o ativo contingente relacionado ao processo de nº 1984.00.020114-0, a Companhia informa que promoverá a compensação com IPI vincendos, assim que houver a majoração da alíquota do IPI, conforme Decreto nº 7.394 de 15 de dezembro de 2010.

Para os passivos contingentes, havendo a possibilidade de serem incorridas perdas, o reconhecimento será outras despesas operacionais.

b) Natureza e o propósito da operação

Portobello

Atendimento às exigências contidas nas Instruções CVM 480 e 481/2009

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Conforme descrito no item 10.8 (b), os ativos contingentes referem-se a processos judiciais que tratam de benefícios fiscais intitulados “crédito-prêmio do IPI” e os passivos contingentes referem-se a processos de natureza civil e trabalhista.

c) Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Em relação aos ativos contingentes, conforme descrito no item 10.8 (b), os valores não foram apurados pela Justiça Federal, impossibilitando a Companhia de reconhecer tais valores. Entretanto a Companhia solicitou cálculo dos advogados da causa, que estimam créditos líquidos de provisões no montante de R\$ 54.605 referente o processo nº 1998.34.00.029022-4 e R\$ 1.848 referente o processo nº 1984.00.020114-0.

Para os passivos contingentes, os assessores jurídicos da Companhia estimam perdas nas áreas cíveis e trabalhistas, de R\$ 674 e R\$ 5.226 respectivamente.

10.10 Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

a) Investimentos, incluindo:

i) Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

No plano de negócios para 2011 estão previstos investimentos da ordem de R\$ 19,9 milhões, sendo que a sua distribuição será de: (i) R\$ 12,2 milhões para investimentos na área industrial, destacando a aquisição de transformador de 138kw no valor de R\$ 2,9 milhões, modernização tecnológica de R\$ 1,3 milhões e aquisição de escolhas digitais no montante de R\$ 1,3 milhões, (ii) R\$ 5,9 milhões para a área comercial, sendo que R\$ 4,4 milhões serão destinados a logística (armazenamento, separação, carregamento, entre outros); e (iii) R\$ 1,8 milhões na área administrativa para investimentos em informática destinados ao crescimento, manutenção e melhorias.

ii) Fontes de financiamento dos investimentos

Os equipamentos para a fábrica são em quase sua totalidade importados da Itália com financiamento direto dos fabricantes. Os demais investimentos serão financiados com a geração de caixa das operações.

iii) Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não há previsão de desinvestimentos relevantes.

b) Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Não há aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia.

c) Novos produtos e serviços, indicando:

i) Descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Não foram divulgadas pesquisas de novos produtos.

ii) Montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

A estimativa de gastos com pesquisas para desenvolvimento de novos produtos é de R\$ 3,5 milhões em 2011.

Portobello

Atendimento às exigências contidas nas Instruções CVM 480 e 481/2009
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

iii) **Projetos em desenvolvimento já divulgados**

Não foram divulgados projetos em desenvolvimento.

- **Montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços**

Os gastos estão incluídos no montante descrito no item ii acima.

10.11 Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção

Não se aplica.

ASSEMBLEIA GERAL E ADMINISTRAÇÃO

Item 12 do Formulário de Referência (Instrução CVM nº 480/2009)

Candidatos indicados pelos acionistas controladores

12.6 Em relação a cada um dos administradores e membros do conselho fiscal do emissor, indicar em forma de tabela:

Nome	Idade	Profissão	CPF	Cargo eletivo ocupado	Data da eleição e posse	Prazo do mandato	Outros cargos ou funções exercidas no emissor	Indicado pelo controlador
Conselho de Administração								
César Bastos Gomes	83	Advogado	002.288.349-53	Presidente	19/4/2010	2 anos	não se aplica	SIM
César Gomes Júnior	54	Administrador	305.583.019-91	Vice Presidente	19/4/2010	2 anos	Diretor Presidente	SIM
Plínio Villares Musetti	58	Administrador e Engenheiro	954.833.578-68	Membro Efetivo	19/4/2010	2 anos	não se aplica	SIM
Glauco José Côte	69	Advogado	003.467.999-53	Membro Efetivo	19/4/2010	2 anos	não se aplica	SIM
Mailson Ferreira da Nóbrega	69	Economista	043.025.837-20	Membro Efetivo	19/4/2010	2 anos	não se aplica	SIM
Francisco Amaury Olsen	61	Administrador	019.167.269-68	Membro Efetivo	19/4/2010	2 anos	não se aplica	SIM
Mário José Gonzaga Petrelli	76	Advogado	006.376.109-20	Membro Efetivo	19/4/2010	2 anos	não se aplica	SIM

Nome	Idade	Profissão	CPF	Cargo eletivo ocupado	Data da posse	Prazo do mandato	Outros cargos ou funções exercidas no emissor	Indicado pelo controlador
Conselho Fiscal								
Maro Marcos Hadlich Filho	48	Advogado e Contador	442.839.119-68	Membro Efetivo	28/04/2011	1 ano	não se aplica	SIM
Maria Amalia Trevisol Muller	45	Contadora	683.167.129-20	Membro Suplente	28/04/2011	1 ano	não se aplica	SIM
Haroldo Pabst	68	Advogado	131.643.339-00	Membro Efetivo	28/04/2011	1 ano	não se aplica	SIM
Jorge Muller	46	Contador	518.027.679-91	Membro Suplente	28/04/2011	1 ano	não se aplica	SIM

12.7 Fornecer as informações mencionadas no item 12.6 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários.

Não se aplica

12.8 Em relação a cada um dos administradores e membros do conselho fiscal, fornecer:

a) Currículos dos membros do conselho de administração:

Cesar Bastos Gomes - Presidente do Conselho de Administração

Data de nascimento: 21/07/1928

Sucessor do Fundador das Empresas Portobello, Bacharel em Direito, graduado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, Diretor da Gomes Administração de Bens e Participações Societárias Ltda, Presidente do Conselho de Administração da Refinadora Catarinense S/A, Sócio Gerente da Pedra Branca Ltda, e Presidente do Conselho de Administração da Portobello S/A.

Cesar Gomes Júnior - Vice-Presidente do Conselho de Administração e Diretor Presidente

Data de nascimento: 26/05/1957

Administrador de Empresas graduado pela Escola Superior de Administração e Gerência - ESAG/UDESC, Diretor Presidente da Usati Administração de Bens e Participações Societárias Ltda, Vice Presidente do Conselho de Administração da Refinadora Catarinense S/A, Sócio Gerente da Mineração Portobello Ltda, Presidente do Conselho de Administração da Portobello America, Inc., Vice Presidente do Conselho de Administração e Diretor Presidente da Portobello S/A.

Portobello

Atendimento às exigências contidas nas Instruções CVM 480 e 481/2009
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Plínio Villares Musetti – Membro do Conselho de Administração (Conselheiro Independente)

Data de nascimento: 27/01/1954

Graduado em Engenharia Civil e Administração de Empresas pela Universidade Mackenzie e participou do “Program for Management Development” na Harvard Business School.

Iniciou sua carreira dentro do Grupo Villares em projetos de expansão, passando em seguida a atuar por nove anos na área financeira. Foi presidente da Elevadores Atlas S/A e da Elevadores Atlas Shindler S/A. Foi sócio do JPMorgan Partners, o braço de “private equity” do J.P. Morgan Chase & Co., tornando-se responsável pelas atividades de “private equity” no Brasil. Foi Presidente executivo da Vitopel do Brasil Ltda, empresa produtora de filmes plásticos de polipropileno bi-orientado (BOPP) para o segmento de embalagens. Foi Diretor Presidente da Satipel Industrial S/A maior empresa produtora de painéis de madeira (MDP) do Brasil até sua fusão com a Duratex. É membro dos Conselhos de Administração da Diagnósticos da América S/A-DASA, da Elevadores Atlas Schindler S/A e da Portobello S/A.

Glauco José Côrte – Membro do Conselho de Administração (Conselheiro Independente)

Data de nascimento: 19/03/1943

Bacharel em Direito, graduado pela Universidade Federal de Santa Catarina, com especializações em Administração Pública pela Fundação Getúlio Vargas (Rio de Janeiro) e Direito Público Interno pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, com cursos na American Graduate School of International Management (Arizona, EUA) e no International Institute for Management Development (Lausanne, Suíça). Foi Assessor do Diretor Financeiro da Sotelca, Adjunto do Diretor Financeiro da Eletrosul, Diretor Financeiro da Cia. Siderúrgica Nacional e Vice-Presidente da Portobello S/A. Atualmente é Vice-Presidente da Refinadora Catarinense S/A e da Usati Administração de Bens e Participações Societárias Ltda., membro do Conselho de Administração da Multilog S/A, membro do Conselho de Administração da Santinvest S/A, membro do Conselho de Administração da Portobello S/A, Presidente do Conselho de Administração da Celesc S/A, membro do Conselho Consultivo Superior do Governo do Estado de Santa Catarina, e 1º Vice-Presidente da Federação das Indústrias de Santa Catarina-FIESC.

Mailson Ferreira da Nóbrega – Membro do Conselho de Administração (Conselheiro Independente)

Data de nascimento: 14/05/1942

Economista formado pela Faculdade de Ciências Econômicas, Contábeis e de Administração do Distrito Federal. Foi Ministro da Fazenda da República Federativa do Brasil no período 1988/1990, depois de desempenhar longa carreira no Banco do Brasil e no setor público. Atuou como Assessor da Presidência e Chefe da Divisão de Análise de Projetos do Banco do Brasil, chefe da Coordenadoria de Assuntos Econômicos do Ministério da Fazenda, Secretário Geral do Ministério da Fazenda. Foi Diretor Executivo do European Brazilian Bank - EUROBRAZ – em Londres. Como Ministro, presidiu vários órgãos, entre os quais o Conselho Monetário Nacional, o CONFAZ e o Conselho Nacional de Comércio Exterior. Foi ainda membro do “Board” de Governadores do Banco Mundial, do Fundo Monetário Internacional e do Banco Interamericano de Desenvolvimento. Possui diversos trabalhos publicados em jornais e revistas no Brasil e no exterior. Membro do Conselho de Administração da Portobello S/A, da Grendene S/A, da TIM Participações S/A, da Renova Energia S/A, Cosan S/A, Rodobens Negócios Imobiliários S/A, Arteb S/A, e Banco Pine S/A.

Francisco Amaury Olsen – Membro do Conselho de Administração (Conselheiro Independente)

Data de nascimento: 22/11/1949

Graduado em Administração de Empresas pela Furj/Univille, de Joinville (SC) com Curso de Extensão em Administração de Empresas pela Universidade de Southern, na Califórnia (Advanced Management). É Presidente do Conselho da ABRAMAT (Assoc. Brasil.Ind. Matl de Construção/SP), Vice Presidente da ACIJ (Associação Comercial Indl Joinville), Joinville (SC), Membro do Conselho de Administração da TIGRE SA Tubos e Conexões, Joinville,(SC) desde Abril/2009 (atividade principal da empresa: fabricação de tubos e conexões de PVC), Membro do Desenville – Conselho de Desenvolv. de Joinville, Joinville (SC), Membro do Conselho do IEDI (Instit.Estudos para Des.Industrial), São Paulo(SP), Membro do Conselho Deliberativo da ADVB/SC - Associação dos Dirigentes de Vendas de Santa Catarina, Membro do Conselho Curador na FNQ–Fundação Nacional da Qualidade (SP), Membro do Conselho Superior da ONG Trata Brasil, São Paulo (SP), Membro do Conselho do Instituto Carlos Roberto Hansen – Joinville (SC), Membro do Conselho da Marisol S.A. (atividade da empresa: Holdings de instituições não-financeiras), Jaraguá do Sul (SC), Membro do Conselho de Administração da Portobello S.A. – Tijucas (SC) (Atividade principal da empresa:

Portobello

Atendimento às exigências contidas nas Instruções CVM 480 e 481/2009
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

fabricação de produtos cerâmicos), Membro do Conselho da Papaiz (principal atividade da empresa: fabricação de artigos de metal), São Paulo (SP), Membro do Conselho da Martins Comércio e Serviços de Distribuição S.A., Uberlândia (MG) (principal atividade da empresa: distribuidora de produtos), Presidente do Comitê de Auditoria, Riscos e Finanças da Martins, Uberlândia (MG) (principal atividade da empresa: distribuidora de produtos), Membro do Conselho Consultivo da Academia do Varejo Marisol, Jaraguá do Sul (SC) (principal atividade da empresa: comércio de artigos do vestuário). Ocupou o cargo de Presidente da Tigre S.A Tubos e Conexões até Março/2009, função desempenhada por 15 anos (atividade principal da empresa: fabricação de tubos e conexões de PVC).

Mário José Gonzaga Petrelli – Membro do Conselho de Administração (Conselheiro Independente)

Data de nascimento: 31/05/1935

Graduação em Direito pela Universidade Federal do Paraná. Foi Diretor do Banco do Brasil. Atualmente é Diretor da Icatu Hartford Seguradora e da Icatu Hartford Capitalização, Diretor-Presidente da Rádio e TV Independência S/A de Curitiba-PR e do sistema RIC Record no Paraná e em Santa Catarina, Diretor-Presidente dos jornais “Notícias do Dia” e “Record News” em Santa Catarina, Vice-Presidente do Conselho de Administração da DTCOM-Direct To Company, membro do Conselho de Política Superior da Federação das Empresas de Seguros e Capitalização, Membro do Conselho Consultivo do Grupo Icatú-Itaboraí Participações S/A, Membro do Conselho Fiscal da Federalcap, do Conselho de Administração da MARES MAPFRE Riscos Especiais Seguradora S/A, da Santa Catarina Seguros e Previdência e da Portobello S/A.

b) Currículos dos membros do conselho fiscal:

Maro Marcos Hadlich Filho – Membro do Conselho Fiscal

Data de nascimento: 28/09/1962

Advogado, formado pela Faculdade de Ciências Jurídicas da Universidade Regional de Blumenau – FURB, e contador, formado pela Faculdade de Ciências Contábeis da mesma universidade. É pós-graduado em Direito Tributário (FURB, 1985/1986) em Direito Empresarial (INPG, 1989/1990) e em Direito Comercial (FURB, 1991/1992). É professor de Direito Tributário da FURB desde 1987, atuando nos cursos de graduação e pós-graduação. Foi professor de Direito Tributário da Escola Superior de Magistratura de Santa Catarina, tendo proferido palestras e seminários sobre Direito Tributário em vários órgãos de classe. Publicou, por vários anos, artigos de Direito Tributário em jornais. É membro do Conselho Municipal de Contribuintes de Blumenau e da Câmara de Assuntos Legislativos e Tributários da Federação das Indústrias de Santa Catarina – FIESC, tendo exercido a função de conselheiro da Ordem dos Advogados do Brasil, Sub-seção de Blumenau. Atua como membro do Conselho Fiscal de sociedades anônimas abertas e fechadas.

Maria Amalia Trevisol Muller – Membro suplente do Conselho Fiscal

Data de nascimento: 18/09/1965

Contadora, graduada pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, especializada em Análises tributárias pela Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI. Trabalhou na área de controladoria do Grupo Portobello durante 14 anos. Posteriormente, exerceu o cargo de contadora da Portobello S/A durante 06 anos e atualmente é uma das contadoras da empresa Muller Contadores Associados S/S Ltda.

Haroldo Pabst – Membro do Conselho Fiscal

Data de nascimento: 19/07/1942

Bacharel em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Docente em Direito Privado pela Universidade Gama Filho (Rio de Janeiro, RJ). Professor de Direito Societário e Comercial Internacional da FURB (Blumenau, SC) e de Direito Comercial Brasileiro na Humboldt-Universität, (Berlim, Alemanha). Foi Diretor Jurídico da Teka - Tecelagem Kuehnrich S.A. e da Associação Comercial e Industrial de Blumenau. Membro do Conselho Fiscal da Karsten S.A., de Blumenau. Sócio do escritório Pabst & Hadlich Advogados Associados.

Portobello

Atendimento às exigências contidas nas Instruções CVM 480 e 481/2009

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Jorge Muller – Membro suplente do Conselho Fiscal

Data de nascimento: 30/09/1964

Contador, graduado pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, especializado em Finanças pela UFSC. Exerceu o cargo de contador no Grupo Portobello durante 08 anos. Posteriormente, foi contador da empresa Dígito Telecomunicações Ltda, gerente de Controladoria da HERTZ Rent a Car em Santa Catarina e atualmente é sócio administrador da empresa Muller Contadores Associados S/S Ltda.

12.9 Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:

a) Administradores do emissor

O Presidente do Conselho de Administração, Sr. Cesar Bastos Gomes, é pai do Vice Presidente do Conselho de Administração, Sr. Cesar Gomes Junior.

b) (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor

O Vice Presidente do Conselho de Administração, Sr. Cesar Gomes Junior é pai de um dos administradores da subsidiária Portobello America, Sr. Cesar Gomes Neto.

c) (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor

O Vice Presidente do Conselho de Administração, Sr. Cesar Gomes Junior é acionista controlador em conjunto com sua irmã, Eleonora Ramos Gomes.

d) (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor

Não se aplica

12.10 Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviços ou controles mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:

a) Sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor

Não se aplica

b) Controlador direto ou indireto do emissor

Não se aplica

c) Caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas

A acionista controladora Eleonora Ramos Gomes, irmã do também controlador Cesar Gomes Júnior, possui contrato de franquia com a empresa controlada e franqueadora Portobello Shop.

A acionista Gabriela Richter Gomes, filha do controlador Cesar Gomes Júnior, possui contratos de franquia com a empresa controlada e franqueadora Portobello Shop.

REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

Item 13 do Formulário de Referência (Instrução CVM nº 480/2009)

13.1 Política e prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos:

- Conselho de Administração e Diretoria: A Assembleia fixa o montante global e compete ao Conselho de Administração à fixação dos honorários individuais. Os Diretores não estatutários recebem remuneração idêntica aos Diretores estatutários.
- Conselho Fiscal: A remuneração do Conselho Fiscal é definida pela Assembleia que os elegeu, de acordo com o parágrafo 3º do artigo 162 da lei nº 6.404/76.

A Companhia não possui Comitês estatutários e de auditoria.

13.2 Em relação à remuneração reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal:

Órgão	Exercícios Sociais Encerrados em 31 de Dezembro de								
	2010			2009			2008		
	Diretoria	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria	Conselho de Administração	Conselho Fiscal
Número de membros	4	9	3	4	9	3	3	9	2
Remuneração fixa anual									
Salário ou pró-labore	1.173	510	126	1.031	486	103	1.283	464	121
Benefícios diretos e indiretos	280	-	-	280	-	-	318	4	-
Remuneração variável anual	-	Não se aplica	Não se aplica	153	Não se aplica	Não se aplica	-	Não se aplica	Não se aplica
Benefícios pós-emprego	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Benefícios pela cessação do exercício do cargo	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Remuneração baseada em ações	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Valor da remuneração	1.453	510	126	1.311	486	103	1.601	468	121
Total da remuneração no período			2.089			1.900			2.190

13.3 Em relação à remuneração variável dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal:

A Companhia possui plano de participação nos resultados com base em atingimento de percentual sobre o lucro antes dos juros e impostos orçado.

Portobello

Atendimento às exigências contidas nas Instruções CVM 480 e 481/2009

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Órgão	Realizado no Exercício Social Corrente de			Exercício Social Encerrado em 31 de Dezembro de		
	2011			2010		
	Diretoria	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria	Conselho de Administração	Conselho Fiscal
Número de membros	4	9	3	4	9	3
Bônus	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Participação no resultado						
Valor mínimo previsto no plano de remuneração ⁽¹⁾	-	Não se aplica	Não se aplica	-	Não se aplica	Não se aplica
Valor máximo previsto no plano de remuneração ⁽²⁾	-	Não se aplica	Não se aplica	-	Não se aplica	Não se aplica
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	352	Não se aplica	Não se aplica	326	Não se aplica	Não se aplica
Valor efetivamente reconhecido no resultado	132	Não se aplica	Não se aplica	-	Não se aplica	Não se aplica

⁽¹⁾ Não está previsto valor mínimo para o plano de participação no resultado. Este oscila conforme o atingimento das metas orçadas.

⁽²⁾ Não está previsto valor máximo para o plano de participação no resultado. Este oscila conforme o atingimento das metas orçadas.

Órgão	Exercícios Sociais Encerrados em 31 de Dezembro de					
	2009			2008		
	Diretoria	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria	Conselho de Administração	Conselho Fiscal
Número de membros	4	9	3	3	9	2
Bônus	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Participação no resultado						
Valor mínimo previsto no plano de remuneração ⁽¹⁾	-	Não se aplica	Não se aplica	-	Não se aplica	Não se aplica
Valor máximo previsto no plano de remuneração ⁽²⁾	-	Não se aplica	Não se aplica	-	Não se aplica	Não se aplica
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	325	Não se aplica	Não se aplica	288	Não se aplica	Não se aplica
Valor efetivamente reconhecido no resultado	153	Não se aplica	Não se aplica	-	Não se aplica	Não se aplica

⁽¹⁾ Não está previsto valor mínimo para o plano de participação no resultado. Este oscila conforme o atingimento das metas orçadas.

⁽²⁾ Não está previsto valor máximo para o plano de participação no resultado. Este oscila conforme o atingimento das metas orçadas.

13.4 Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente:

Não se aplica.

13.5 Ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pela Companhia, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, na data de encerramento do último exercício social:

	Exercício Social Encerrado em 31 de dezembro de 2010	
	Ações Ordinárias	% de participação
Controladores	46.253.179	29,09%
Conselho de Administração	54.964	0,03%
Conselho Fiscal	2	0,00%
Diretoria	45.603	0,03%
Total das ações	46.353.748	29,15%

13.6 Em relação à remuneração baseada em ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária:

Não se aplica.

Portobello

Atendimento às exigências contidas nas Instruções CVM 480 e 481/2009
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

13.7 Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social:

Não se aplica.

13.8 Em relação às opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais:

Não se aplica.

13.9 Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.6 a 13.8, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções:

Não se aplica.

13.10 Informações sobre os planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários:

Órgão	Diretoria
Múmero de membros	4
Nome do plano	Portobello Prev
Quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar	2
Condições para se aposentar antecipadamente	a) Tenha pelo menos 55 anos de idade b) Tenha pelo menos 120 meses de vínculo empregatício com uma das patrocinadoras c) Tenha cumprido a carência de 120 contribuições mensais d) Rescinda o vínculo empregatício com a Companhia patrocinadora
Contribuições no plano de previdência, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	R\$ 143
Contribuições, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	R\$ 138
Possibilidade de resgate antecipado e quais as condições	Sim. Em caso de perda do vínculo empregatício ou destituição.

13.11 Remuneração, nos 3 últimos exercícios sociais, do conselho de administração, da diretoria estatutária e ao conselho fiscal:

Órgão	Exercícios Sociais Encerrados em 31 de Dezembro de								
	2010			2009			2008		
	Diretoria	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria	Conselho de Administração	Conselho Fiscal
Número de membros	4	9	3	4	9	3	3	9	2
Valor da maior remuneração individual	531	56	41	580	54	40	507	54	39
Valor da menor remuneração individual	281	56	41	382	54	40	265	54	39
Valor médio da remuneração individual	349	56	41	302	54	40	371	54	39

A remuneração individual está representada pelas despesas anuais, reconhecidas no resultado da controladora, relativas a honorários e benefícios diretos e indiretos destinados a cada membro dos órgãos demonstrados.

13.12 Arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para a Companhia:

Não se aplica.

13.13 Percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado da Companhia referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto:

	Exercício Social Encerrado em 31 de dezembro de		
	2010	2009	2008
Diretoria	-	-	-
Conselho de Administração	12,17%	12,50%	14,29%
Conselho Fiscal	-	-	-

13.14 Valores reconhecidos no resultado da Companhia como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados:

Durante o exercício de 2010 foi reconhecido no resultado o montante de R\$ 325 mil relativo a serviços consultoria prestada por pessoa jurídica cujo sócio cotista é membro do Conselho de Administração.

13.15 Valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas da Companhia, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal da Companhia, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos:

Remuneração em Controlada	Exercícios Sociais Encerrados em 31 de dezembro de		
	2010	2009	2008
Diretoria	1.334	1.147	875
Conselho de Administração	-	-	-
Conselho Fiscal	-	-	-

13.16 Outras informações relevantes:

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

PROPOSTA DE REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES **(Artigo 12º da Instrução CVM nº 481/2009)**

A Companhia propõe que a remuneração global anual dos administradores seja fixada em até R\$ 5.100.000,00 (cinco milhões e cem mil reais), divididos em parte fixa e parte variável.